

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

1 - 2017

OPHIUSSA. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

ISSN 1645-653X

Publicação anual

Volume 1 – 2017

Direcção e Coordenação Editorial:

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

Rui Boaventura

Conselho Científico:

André Teixeira (Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Fabião (Universidade de Lisboa)

Catarina Viegas (Universidade de Lisboa)

Gloria Mora (Universidad Autónoma de Madrid)

Grégor Marchand (Centre National de la Recherche Scientifique)

João Pedro Bernardes (Universidade do Algarve)

José Remesal (Universidade de Barcelona)

Leonor Rocha (Universidade de Évora)

Manuela Martins (Universidade do Minho)

Maria Barroso Gonçalves (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Mariana Diniz (Universidade de Lisboa)

Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)

Xavier Terradas Battle (Consejo Superior de Investigaciones Científicas)

Secretariado: André Pereira

Capa: André Pereira sobre Báculo do Sobral do Martim Afonso (desenho de Marco Andrade).

Paginação: Elisa Sousa

Impressão: Europress

Data de impressão: Novembro de 2017

Edição impressa (preto e branco)

200 exemplares

Edição digital (a cores)

www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

ISSN: 1645-653X

Depósito legal: 190404/03

Copyright © 2017, os autores

Edição:

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras de Lisboa

1600-214 – Lisboa

www.uniarq.net - www.ophiussa.letras.ulisboa.pt - uniarq@letras.ulisboa.pt

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

OPHIUSSA

Volume 1, 2017, páginas 69-78

O GUADIANA COMO FRONTEIRA? NOTAS PARA UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

PEDRO ALBUQUERQUE*

RESUMO

O objectivo deste trabalho é apresentar alguns aspectos - chave para um projecto de investigação intitulado *O Baixo e Médio Guadiana (sécs. VIII a.C. - I d.D.): percursos de uma fronteira*, fornecendo uma visão geral sobre as estratégias de investigação que podem ser desenvolvidas no sentido de obter uma perspectiva arqueológica da construção de fronteiras territoriais e simbólicas no Guadiana durante este período.

Palavras-chave: Guadiana; Fronteiras territoriais; Fronteiras simbólicas.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some key aspects for an investigation project called *The low and medium Guadiana Valley (8th century BC - 1st century AD): paths of a frontier*, providing a general view about the strategies that must be developed to reach an archaeological perspective of the construction of territorial and social boundaries in the Guadiana Valley during this period.

Keywords: Guadiana; Territorial boundaries; Symbolic boundaries.

* - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / CLEPUL. Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência SFRH/BPD/110118/2015 (2015 - 2020), dirigido pelos professores Ana Margarida Arruda, José da Silva Horta (Universidade de Lisboa) e Francisco José García Fernández (Universidade de Sevilha). skapedroalbuquerque@gmail.com
As abreviaturas das fontes escritas gregas e latinas baseiam-se, respectivamente, no Greek - English Lexicon (Liddell & Scott) e no Oxford Latin Dictionary. Não se segue o Novo Acordo Ortográfico.

1. APRESENTAÇÃO: UM PROJECTO PARA REGIÕES FRONTEIRIÇAS

O projecto de investigação, intitulado *O Baixo e Médio Guadiana (sécs. VIII a.C. - I d.C.): percursos de uma fronteira*, procura analisar a construção de fronteiras nas duas margens de um elemento geográfico que separa, em alguns troços, dois Estados soberanos europeus (Portugal e Espanha), delimitando os respectivos territórios dos poderes políticos e administrativos. Recentemente, o desmantelamento das fronteiras com a construção do espaço Schengen resultou na reconfiguração destes territórios raianos que, a partir desse momento, perderam a sua importância como pontos de paragem obrigatória para quem queria entrar num país ou sair dele, e passaram a ser lugares de passagem.

A desertificação das zonas fronteiriças e do decréscimo de importância de cidades como Elvas, Badajoz, Ayamonte e Vila Real de Santo António acabou por ser uma consequência visível desta reorientação política e económica. Apesar desta situação, que não pode nem deve ser ignorada pelos poderes centrais, estes espaços de fronteira construíram um percurso histórico que pouco ou nada tem a ver com a imagem de periferia e de separação transmitida, à distância, pelas capitais. Explicando de outro modo: é comum afirmar, na perspectiva do “centro”, que uma fronteira marca uma separação entre duas personalidades, individuais ou colectivas, que são concebidas como diferentes. No entanto, estes lugares são também espaços de transição, de cooperação, de convivência e de cumplicidade, propiciando a construção de identidades mistas.

Esta imagem da fronteira provoca um completo desfasamento entre a realidade percebida pelo centro e a realidade vivida pelos grupos que vivem nessa suposta “periferia”. Como tal, torna-se necessário desenvolver metodologias de análise que permitam converter estes espaços em novos “centros”, ou melhor, criar novos discursos que desafiem o nosso olhar sobre as zonas raianas; ao mesmo tempo, discutir a (in)eficácia das fronteiras territoriais na construção de identidades locais e regionais, que em muitos casos reflectem os mitos criados em torno da ideia de fronteira, tão cara à reformulação da Europa no Pós- I Guerra Mundial (Raffestin 1992).

É neste sentido que este projecto de investigação se afirma como parte integrante de um tema que tem vindo a ganhar importância no contexto da Europa sem fronteiras, e como um ponto de partida possível para a valorização do património

das regiões fronteiriças, em estreita relação com as comunidades locais das duas margens do Guadiana entre a foz e a envolvente de Badajoz, valorizando os sítios arqueológicos que se encontram nas proximidades do leito do rio, bem como as fontes escritas da Antiguidade (orientais e clássicas) e alguns casos da História de África que permitam enriquecer o questionário.

Não se pretende apresentar num pequeno texto como este resultados propriamente ditos, mas antes alguns elementos que se consideram pertinentes para levar a cabo uma investigação transfronteiriça e interuniversitária, e, ao mesmo tempo, apontar alguns caminhos para abordagens comparadas sobre a construção de fronteiras territoriais e simbólicas ao longo do período considerado. Não se deve, por outro lado, perder de vista o alargamento deste tipo de estudos a outros contextos geográficos e históricos, embora o estudo em questão incida sobre os séculos anteriores à utilização do leito do Guadiana como fronteira entre a Bética e a Lusitânia. E esta última questão não está, como veremos, isenta de problemas.

2. O GUADIANA COMO FRONTEIRA

“But why is such marking necessary? The simple answer is that the boundary encapsulates the identity of the community and, like the identity of an individual, is called into being by the exigencies of social interaction”.

Cohen 1985: 12

Plínio (*N.H.* 3.6, etc.; cf. Guerra 1995: 48-51) e Mela (2.87) assinalaram que o Guadiana separava duas províncias romanas, a Bética e a Lusitânia; Frontino afirmou, por seu turno, que as centurições de *Augusta Emerita* ocupavam as duas margens do rio (*De Controversiis agrorum*, ed. Thulin: 44). Este primeiro ponto de partida tem como referência o séc. I d.C., limite cronológico deste projecto de investigação, e estabelece desde logo alguns problemas de análise que devem ser considerados. Mesmo dispondo de textos que mencionam a definição de fronteiras, o estudo do uso do leito do rio como elemento de separação entre províncias apresenta alguns problemas e obriga a alguma prudência (García Iglesias 1972; Francisco Martín 1978; Sillières 1982; Guerra 1995: 48-49; Marcos 2011). No entanto, tendo em conta que muitos receptores dos textos mencionados não conheciam estes territórios, não

parece chocante afirmar que o uso do rio nos seus discursos permitia simplificar uma realidade que, explicada com maior rigor, seria incompreensível.

Três casos são suficientes para ilustrar este problema: *Metellinum* (Medellín), *Augusta Emerita* (Mérida) e *Lacimurga* (Cerro de Cogolludo, Badajoz?). As duas primeiras são cidades implantadas na margem esquerda que, supostamente, deveria pertencer à Bética, e a terceira foi integrada na Bética por Plínio (*N.H.* 3.14) e na Lusitânia por Ptolemeu (2.5.7; 2.4.10). O tema foi sobejamente tratado e mereceu a atenção de vários investigadores, que não deixaram de insistir sobre a extraordinária complexidade da (in)definição de fronteiras (entre outros, García Iglesias 1972; Francisco Martín 1978, com bibliografia anterior: Sillières 1982; Marcos 2011).

Estamos, porém, perante pontos de referência meramente administrativos que indicam, acima de tudo, lugares de transição entre províncias e não entre culturas. Na verdade, o rio não costuma ser um elemento determinante para estabelecer uma fronteira rígida entre duas entidades, sobretudo do ponto de vista militar (Rankov 2005), não obstante o seu simbolismo em episódios como a passagem do Rubicão por César (Berti 1987), para citar um exemplo. Neste caso, sobressai a facilidade na transposição das linhas fluviais fronteiriças e a ideia de que estas são, no essencial, marcadores de transição entre territórios, mas sobretudo entre percepções do espaço habitado e dominado (cf. César, *B.C.* I, 38). Por esta razão, os rios não são, necessariamente, muralhas, mas marcam os limites de um território graças à sua visibilidade.

Com isto, importa referir que o conceito de *fronteira natural*, muito em voga na construção mental e delimitação política do território francês depois da Revolução, deve ser questionado (Sahlins 1994), uma vez que considera que a identidade de uma “comunidade imaginada” se desenvolve dentro de certos limites naturais. Por exemplo, Danton afirmou, a 13 de Janeiro de 1793, que os limites de França eram “marqués par la Nature; nous les atteindrons toutes des quatre points de l’horizon, du côté du Rhin, du côté de l’Océan, du côté des Alpes” (*apud* Febvre 1962: 20-21). Isto pressupõe, numa óptica essencialista, que estas fronteiras envolvem o território dos povos desde os tempos mais remotos, determinando a sua identidade.

Do ponto de vista científico, ditos limites exercem um poder extraordinário sobre a concepção do *espaço histórico*, principalmente em situações como a do Guadiana, que estabelece, em muitos troços, a fronteira entre o Sul de Portugal e a Andaluzia

Ocidental. Dito de outro modo, é nas margens do Guadiana que terminam as representações dos territórios históricos, ignorando muitas vezes que são as circunstâncias históricas, e não a natureza, que definem onde acaba um território e começa outro. E que estas delimitações separam áreas de soberania, não contextos culturais ou até mesmo linguísticos (nestes casos, podemos falar mesmo de bilinguismo em lugares fronteiriços).

A análise deste território contraria, como se assinalou, a imagem de zonas periféricas, marginais e isoladas, e permite valorizar a zona fronteiriça enquanto património comum que assume características e vivências próprias. Em determinados momentos do percurso histórico destas zonas, construíram-se castelos e atalaias que visavam, precisamente, defender o espaço próprio das incursões dos “outros” e, mais recentemente, infraestruturas que controlavam o fluxo de circulação terrestre entre os países (uma visão de síntese em Cavaco 1997). O fim desta função provocou o crescente abandono da raia, representando uma nova etapa histórica, por um lado, e revelando a permeabilidade da fronteira em relação às mudanças políticas e económicas das soberanias, por outro.

Estas questões são particularmente relevantes quando se considera o uso do rio como uma via privilegiada de circulação de bens e pessoas, pelo menos até Mértola (antiga *Myrtilis*). Como funcionaria uma fronteira fluvial nestas circunstâncias? Os barcos navegavam em terreno neutro? Não é difícil imaginar uma situação deste género para nos apercebermos da diferença que existe entre representação e uso de um território, mesmo considerando que a circulação fluvial não tem na actualidade a importância que tinha noutras circunstâncias históricas (v. Garcia 1984: 617-618). No entanto, nos casos em que tal linha divisória existia, desenvolveram-se estratégias para estabelecer localizações precisas, como salientou C.C. Hyde (1912), nomeadamente o centro do leito do rio ou as ilhas que nele se encontram. Estas ilhas foram, em certas ocasiões, motivos de conflito em períodos mais recentes, sobretudo se eram móveis (Barreiros 1961: 20-23; Soares 2015).

Outro aspecto relevante diz respeito ao próprio conceito de *fronteira* nos vários períodos históricos, bem como as estratégias de delimitação e representação (Brunet-Jailly 2010: 1ss., com uma perspectiva sobre a história das investigações). Como demonstrou L. Febvre (1962: 11ss.), a aplicação do termo a um determinado território é bastante recente na língua francesa, embora saliente que *frontera*

surgiu no poema de *Mio Cid* em 1207 como região ou território que separa dois reinos (v. 640: “con los de la frontera”). Na documentação portuguesa, surgiu alguns anos mais tarde, em 1296 (um ano antes de Alcañices), de acordo com a pesquisa de Rita C. Gomes, mantendo-se com este sentido nos textos posteriores e estruturando em boa medida o que se entendia por “limites” dos reinos (Gomes 1991: 359 ss.; para o domínio muçulmano, cf. Garcia 1984: 611-613; outros textos em Barreiros 1961: 7ss.).

Curiosamente, foi precisamente o Guadiana que mais preocupações deu aos monarcas enquanto elemento definidor dos limites dos seus domínios, não obstante a construção de castelos ao longo das suas margens (que, aliás, acabavam por pertencer ora a um, ora a outro reino). O objectivo é claro: definir quem é súbdito de quem, o que se revestiu de particular importância nas terras possuídas pelas ordens militares ao longo dos territórios adjacentes ao rio (*ibid.*: 363-366; Moreno, coord. 2003: 5-13). É também claro que estes actos são políticos, jurídicos e administrativos, dependendo mais dos poderes que impõem e negociam os limites territoriais do que dos elementos naturais, que são, acima de tudo, pontos de referência, por sua vez complementados por marcas visíveis de acção antrópica (p.ex., os castelos). Tudo isto revela a fragilidade e a permeabilidade das fronteiras, introduzindo em definitiva os problemas que esta investigação, certamente, encontrará no seu percurso.

Seria inútil referir com detalhe os tratados que estiveram na origem da delimitação das fronteiras entre Portugal e os seus vizinhos, uma vez que não acrescentam nada de novo ao que tem vindo a ser assinalado. No entanto, subjaz a todo este discurso a necessidade de analisar a importância e as especificidades das regiões fronteiriças, especificidades essas que não se circunscrevem à delimitação de territórios, mas que configuram realidades sociais de extremo interesse. Realidades essas que ora reflectem a conjuntura política, ora se mantêm relativamente independentes em relação a esta, consoante o impacto das decisões dos poderes centrais sobre o quotidiano das populações (cf. Raffestin 1974). E estas ditam, efectivamente, o povoamento destas áreas, como parece demonstrar a documentação escrita existente sobre este território.

Estas sumárias pinceladas num tema tão complexo e vasto como este pretendem, resumidamente, definir um conjunto de perguntas às quais este projecto pretende dar resposta. Ou, pelo menos, apontar caminhos para novas interrogações.

Estas interrogações incidem, em primeiro lugar, sobre “documentos mudos” ou, se preferirmos, sobre o registo arqueológico. Em segundo, sobre a metodologia necessária para lhes dar alguma voz e que se encontra, numa primeira fase, em preparação. De qualquer modo, tanto as fontes escritas da Antiguidade como a História de África podem fornecer temas de estudo que enriquecem o questionário sobre a materialização das fronteiras sociais e territoriais.

3. O GUADIANA NUMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA

“Diachronic studies of frontiers can provide information on diverse colonial and indigenous peoples before, during and after contact. Using this approach, we can attempt to understand segmentations within populations prior to contact, and how these divisions were activated and manifested during encounters with other peoples. We can also consider the long - term implications that intercultural or interethnic interactions had in postcolonial contexts.”

Lightfoot - Martínez 1995: 486

Antes de mais, é importante assinalar o contributo do registo arqueológico para o estudo das fronteiras, bem como algumas questões que devem ser colocadas antes de se proceder a análises pormenorizadas sobre as realidades materiais identificadas ao longo do Guadiana. Não é esta a ocasião para apresentar estudos desta natureza, mas não deixa de ser importante apontar alguns caminhos que podem ser seguidos, e outros que podem ser evitados, de modo a obter um discurso suficientemente detalhado e, ao mesmo tempo, metodologicamente credível.

É também necessário complementar as informações obtidas através dos estudos dos materiais com outras análises de processos históricos relativamente semelhantes, de preferência aqueles que permitem contrastar informação escrita e registo arqueológico. A compilação e descrição de materiais arqueológicos, não obstante a sua inegável utilidade enquanto ferramenta de sistematização, é insuficiente para apresentar leituras sobre a construção de fronteiras sociais. Que materiais, podemos perguntar, indicam estratégias de diferenciação social?

Um ponto de partida para responder a esta pergunta pode ser a definição dos contornos das

relações sociais em cada contexto histórico. A manifestação material deverá ser diferente consoante a importância que determinado elemento tem para a diferenciação entre membros da sociedade. Isto pode ser particularmente relevante quando se comparam as relações existentes entre grupos em cenários de fundações com finalidades comerciais (feitorias) com as de contextos coloniais (Albuquerque, no prelo). Quer isto dizer que os significados da chamada “cultura material” podem variar ao longo dos anos num mesmo lugar, bem como as suas funções na definição de “fronteiras internas”. Isto não pressupõe, porém, que os materiais arqueológicos são indicadores étnicos, como muitas vezes (e de forma inconsciente) se afirma, mas antes elementos que exprimem vivências: preparação e consumo de alimentos, organização do espaço doméstico, modelos e técnicas de construção (cf. Lightfoot - Martínez 1995: 485). Esta análise é particularmente relevante em contextos multi-culturais e de chegada de novos modelos culturais e sociais, bem como de construção de territórios coloniais.

Torna-se assim evidente que a presença de grupos humanos configura um espaço de fronteira, quer através de estruturas habitacionais, de carácter sacro ou de necrópoles, quer através de construções que marcam, visualmente, uma separação entre territórios ou a protecção do espaço habitado (p.ex., uma muralha). Do ponto de vista arqueológico, é fundamental identificar vestígios de antropização da paisagem que possam, eventualmente, indicar este tipo de marcação do território, uma vez que a própria natureza não é sequer um ponto de partida suficientemente válido para tecer este tipo de considerações.

No âmbito geográfico tratado neste projecto, a realização de prospecções é uma estratégia de investigação que permite estabelecer algumas metas a curto e médio prazo, ao mesmo tempo que complementa alguns conhecimentos já adquiridos para os territórios das margens do Guadiana (entre outros, Freitas - Oliveira 2007; Palma, coord. 2012). Uma das metas é, como seria de esperar, a realização de sondagens de diagnóstico em sítios considerados relevantes para o estudo proposto. Paralelamente, é necessário desenvolver estudos de materiais dos sítios arqueológicos já conhecidos, promovendo-se a participação de estudantes das universidades envolvidas no projecto (Lisboa e Sevilha) e de outros interessados, com vista à publicação e divulgação de resultados.

Mértola surge neste contexto como um ponto

de partida extremamente relevante, não só pela sua implantação e localização estratégica na margem direita do Guadiana (cf. Mela III, 7; Plin. *N.H.* 4. 116ss.; Ptol. 2.5.5; *Itin. Ant.*), mas também por marcar o limite da navegabilidade do Guadiana na Antiguidade. A realização de prospecções selectivas numa primeira e, eventualmente, sistemáticas numa segunda, afirma-se como uma tarefa necessária para enriquecer e consolidar os conhecimentos já adquiridos (Palma coord. 2012, com bibliografia) e para definir estratégias de investigação para os próximos anos, sobretudo no que diz respeito à Idade do Ferro, ainda pouco conhecida e caracterizada neste contexto e cujas potencialidades são inegáveis. Chama a atenção, p.ex., a discussão sobre a fundação de *Myrtilis* partindo da convicção de que tinha uma origem fenícia (cf. Alves 1956: 50ss., com uma recolha de opiniões de vários autores desde o séc. XVII).

Recentemente, apresentaram-se alguns comentários sobre a relevância de aspectos como a alimentação para o desenvolvimento destes estudos arqueológicos no Guadiana (Albuquerque - García Fernández, no prelo), a partir sobretudo do uso de determinados recipientes cerâmicos na preparação e consumo de alimentos. Para estes estudos, não basta sistematizar a informação arqueológica, é necessário analisar com o maior detalhe possível aspectos como a disponibilidade dos recursos no meio envolvente (para determinar se estes alimentos podem ter origem endógena ou exógena), as técnicas de obtenção, possibilidades de circulação, sazonalidade da chegada desses bens, etc., de modo a integrar o consumo num âmbito mais alargado. À distribuição regional de recipientes cerâmicos destinados à preparação e consumo de líquidos e sólidos juntar-se-ia a distribuição destes elementos num mesmo sítio, formando-se assim uma ideia mais clara sobre a valorização dos tipos de recipientes que indicam estes processos e, conseqüentemente, a construção de mecanismos de afirmação identitária. Obviamente, tal não significa que um objecto seja, em si, um indicador étnico.

Outro aspecto, ainda relacionado com a alimentação, diz respeito à formulação de normas associadas aos alimentos, que condicionam o seu consumo. O conhecimento destas normas depende, fundamentalmente, do registo escrito e escapa por completo em comunidades que não as registaram. Este é um dos aspectos que pode ser salientado no próximo capítulo, dedicado ao estudo das fronteiras nas fontes escritas.

4. ESTUDOS SOBRE FRONTEIRAS NAS FONTES ESCRITAS

A questão da construção de fronteiras na Antiguidade foi várias vezes debatida em obras colectivas (Rouselle, ed. 1995), salientando-se aspectos como a divisão da terra (no caso dos territórios das cidades), a delimitação do Império romano (entre outros, Visy, ed. 2005), as representações dos confins do mundo habitado enquanto fronteira entre fantasia e realidade ou entre desconhecido e conhecido e, finalmente, a terminologia utilizada nas fontes escritas. Estes estudos permitem uma aproximação, com as devidas reservas, ao tema de estudo que nos ocupa, uma vez que nestes documentos temos acesso à percepção do território, à definição, física ou abstracta, dos seus limites, bem como a determinados conflitos.

Um exemplo interessante nesse sentido é o testemunho de Salústio (*Jug.* 49). O autor assinalou um conflito entre os habitantes de Cirene e os Cartagineses motivado pela existência de um terreno arenoso (*ager harenosus*) que não dispunha de linhas de água ou montes que permitissem o reconhecimento de um ponto de referência dos limites (*qui finis eorum discerneret*). Para solucionar esta questão, durante uma trégua decidiu-se que, num dia determinado, cada parte envolvida enviaria emissários e, no ponto onde estes se encontrassem, estabelecer-se-ia o lugar da fronteira. Após algumas quezílias em que os cireneus acusavam os Cartagineses de terem saído antes do tempo, decidiu-se que os irmãos Filenos, emissários cartagineses, seriam enterrados vivos no sítio reivindicado. Com isto, construiu-se um altar que separava os territórios destas entidades.

O caso exposto revela a importância dos marcadores naturais para a definição de fronteiras e, na sua ausência, a construção de marcadores artificiais que se convertem num instrumento de memória histórica (pelo facto de se associar a um episódio, para todos os efeitos, fundacional) fundamental para o estabelecimento de uma relação de pertença. Estamos, portanto, perante uma cartografia mental que define o raio de acção política de uma entidade com maior ou menor dimensão. Um texto de Séneca (*Q.N.* Pr. 8 - 13, *apud* Rouselle 1995: 9-10) revela, precisamente, esta tendência de fazer coincidir os marcadores naturais com os limites territoriais.

Estes elementos têm uma grande relevância para a representação do “mais aquém” e do “mais além” das fronteiras. A natureza, as riquezas e os

homens são, nos contextos limítrofes, extraordinários, tornando possível o que no centro é impossível, desde monstros tricéfalos como Gérion, homens longevos como Argantónio e a entrada para o mundo dos mortos.

É neste contexto limítrofe que a Península Ibérica surgiu nas fontes clássicas, sobretudo as que são anteriores ao séc. III a.C.. A imagem transmitida nestes textos é a de territórios extraordinariamente ricos, bem como de autênticas “portas” que só os heróis transpuseram (Ballabriga 1986; Rouselle 1995: 13-14). Estaríamos, portanto, perante outra dimensão da fronteira, também marcada por elementos geográficos visíveis, como parece ser o caso das “Colunas de Hércules”, referidas nas fontes gregas desde, pelo menos, o séc. VI a.C. como marcador que separava o conhecido do desconhecido. Lembre-se, neste sentido, a transcendência da passagem por este ponto na chegada a Tartessos por Colaios de Samos (Hdt. 4.152).

Os exemplos citados revelam, no essencial, percepções diferentes daquelas a que estamos habituados com a cartografia. A análise do território enquanto construção social revela-se, nesse sentido, fundamental para uma aproximação a noções de fronteira que pouco ou nada têm que ver com o nosso conceito de Estado - Nação. Foi, precisamente, este aspecto que mais relevância teve no contexto africano, no qual se verificou uma clara imposição de novas ideias de território. Veremos de seguida este tema, mas por agora importa salientar que as fontes escritas podem também indicar a existência de fronteiras sociais ou simbólicas se se analisa, p.ex., a questão da alimentação. Este tipo de estudos tem vindo a ser realizado no âmbito dos textos (entre outros, Soares 2010) e merece uma atenção especial, como teremos oportunidade de salientar mais adiante.

5. ESTUDOS SOBRE FRONTEIRAS NA HISTÓRIA DE ÁFRICA

Enriquecer o questionário é, sem margem para dúvidas, um dos objectivos do uso dos recentes contributos (sobretudo em termos metodológicos) da produção científica africana ou sobre África, uma vez que representam, em boa medida, a emancipação face ao pensamento colonialista que ainda faz parte do Senso comum da investigação arqueológica. Noutras ocasiões, a opção pela análise de casos estudados em países africanos revelou-se profícua (Albuquerque 2014a; 2014b; no prelo), sobretudo

no que diz respeito às nossas percepções sobre o percurso histórico das comunidades afectadas pela presença colonial ou pela fundação de feitorias e sobre o seu reflexo no registo arqueológico. Podemos assinalar que as transformações no registo material são mais profundas quando estamos perante um processo colonial e mais ténues quando não há uma relação de domínio (respectivamente, *Modo de Contacto Sistemático* e *Modo de Contacto não Hegemónico*, segundo a terminologia de Alvar 2000).

Como se sabe, a partilha de África na Conferência de Berlim (1884 - 1885) foi marcada pelo traçado de limites sobre um mapa, sem atender aos territórios e às comunidades afectadas ou, por outras palavras, pela imposição do conceito europeu de Estado - Nação, com a separação entre soberanias coloniais através de fronteiras arbitrária e artificialmente definidas (Ahmad 2013: 12-13). Com as respectivas independências alguns anos mais tarde, os novos governos africanos deram continuidade às fronteiras coloniais. É interessante, neste sentido, constatar que houve uma clara destruição de sistemas ancestrais de marcação territorial, seguida da imposição de novos elementos que foram, rapidamente, integrados pelas sociedades africanas (para o caso de Angola, Henriques 2004). Trata-se, no essencial, de transformações que representam a imposição da cartografia sobre percepções territoriais ancestrais (não dependentes de mapas) e a posterior apropriação destas percepções com a imposição dos poderes pós-coloniais.

Com as afirmações de independências, estas sociedades haviam sofrido já inúmeras transformações, a tal ponto que já pouco ou nada tinham que ver com aquelas que os colonizadores conheceram no princípio destes processos. Ou seja, era talvez muito tarde para que se recuperassem as fronteiras anteriormente definidas por estas comunidades, ou mesmo os referidos sistemas ancestrais de marcação territorial, não obstante as importantes discussões mantidas no contexto do xadrez político dos vários países africanos no sentido de reinventar as suas fronteiras (Asiwaju 2005).

Neste sentido, importa valorizar o que existia antes da intervenção dos agentes colonizadores, em particular da fase de fundação de feitorias como São Jorge da Mina no Golfo da Guiné. Esta cidade é, do ponto de vista arqueológico, relativamente bem conhecida, permitindo uma interessante comparação entre os vestígios materiais, as fontes escritas e algumas tradições orais. Este tipo de fundação, destinada sobretudo às trocas comerciais,

só indirectamente teve influência na organização dos territórios adjacentes. As negociações entre os Portugueses e as autoridades locais revelam, precisamente, as questões relacionadas com o domínio destas comunidades sobre o seu espaço.

É interessante constatar que a feitoria foi implantada na margem direita da lagoa de Benya, que constituía uma fronteira natural entre os reinos de Eguafó/ Comane (Oeste) e Fetu/ Afutu (Este), na chamada *Aldeia das duas partes* (DeCorse 2001: 47-49). Poderia isto indicar que se tratava de um espaço neutro que permitia o contacto dos europeus com as comunidades africanas? Era uma “terra de ninguém”? Assiste-se, com a fundação de S. Jorge da Mina, a uma reorientação do comércio, agora dominado pela circulação marítima; com isto, antigas periferias converteram-se em lugares centrais de maior destaque, consoante a sua proximidade em relação ao mar (*ibid.*: 31-32). Ou seja, a alteração do xadrez político pode ter condicionado, ou determinado, a construção de novas realidades sociais e territoriais (cf. Fanso 1986; Coquery - Vidrovitch 2005, com uma importante reflexão sobre as fronteiras “pré-coloniais”).

A multiplicação de casos de estudo trará, certamente, novas achegas aos questionários sobre a construção de fronteiras territoriais e, em última análise, sociais em vários tipos de contexto. Uma observação atenta e crítica sobre cada um deles pode ser um ponto de partida para a fomação de novas perspectivas sobre os casos de estudo que se analisam neste projecto. Poderão, eventualmente, dar um contributo importante para a caracterização das fronteiras sociais ou simbólicas.

6. AS FRONTEIRAS SOCIAIS

À semelhança das fronteiras territoriais, as fronteiras sociais marcam diferenças entre o “eu” e “outro”. Porém, ao contrário daquelas, não são aparentemente tão permeáveis à interpenetração e à cumplicidade. São, por definição, elementos de distinção de identidades que resultam do contexto social e das suas relações internas e que criam normas de conduta e/ ou consumo próprias de um grupo de indivíduos e não de outros. Nesta perspectiva, um grupo dominante pode impor regras que restringem, p.ex., o acesso a determinados bens e criar em torno destes uma ideia de prestígio.

Destes comentários sobressai uma ideia de clivagem entre membros de uma mesma comunidade, determinante para a afirmação de identidades de

género, de idade, de religião, etc., que estruturam o funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, a vida de um indivíduo e a sua comunicação com os outros, principalmente em contextos de possível marginalidade (Rizo - Romeu 2006: 41). É necessário, porém, conseguir caracterizar com rigor o que seria a ideologia dominante, para verificar como um grupo se aproxima ou se afasta dela e, a partir daí, como as fronteiras surgem como construções sociais.

Ditas fronteiras, tal como a própria ideia de *comunidade*, são sistemas complexos de símbolos que são reconhecidos, apropriados e manipulados pelos seus membros, e que definem as relações sociais, independentemente das interpretações individuais.

Um grupo define, neste contexto, aquilo que o individualiza perante outros, com critérios muito variados (religião, língua, etc.) que nem sempre são percebidos com rigor por um observador externo. Isto leva a que estas fronteiras simbólicas sejam instrumentos de identificação em permanente reformulação e uma consequência, mais ou menos visível, do cenário socio-económico (cf. Cohen 1985).

Este tema merece um maior desenvolvimento noutra ocasião, pela importância de que se reveste para o estudo da vida social em contextos de fronteira, e pela necessidade de apresentar em linhas gerais caminhos para um debate sobre a sua visibilidade arqueológica (cf. Stark 1998).

7. PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

Uma das primeiras ilações de uma abordagem - ainda superficial - ao problema da construção das fronteiras entre personalidades individuais e colectivas é a sua extrema permeabilidade às circunstâncias históricas. Uma fronteira ora se ergue como forma de afirmação ou negação, ora é abolida em nome de uma ideia ou mito de unidade em contextos de diversidade. Esta é uma diferença significativa entre a definição de fronteiras territoriais após a Guerra de 1914 - 1918 e a construção do Espaço Schengen no final do mesmo século, revelando que a fronteira é, no essencial, um produto das circunstâncias históricas e de processos extremamente complexos.

Seria inconsequente estabelecer como apriorismo o uso do Guadiana como elemento geográfico definidor de fronteiras. Apesar da utilidade do leito fluvial como marcador (afinal, é visível e não implica o uso de um mapa), os vários períodos históricos revelam que a delimitação de um território não separa, nem divide, áreas culturais. Separa, isso

sim, áreas de intervenção política e estabelece limites de acção do ponto de vista administrativo (Brunet - Jailly 2010: 1). Neste sentido, seria pertinente pensar que existem representações, mas não consciências, de fronteira territorial. Sabemos, porém, quais são, hoje, os efeitos da cartografia dos Estados sobre a vida destas populações.

Uma abordagem arqueológica deve definir com rigor quais são os indicadores materiais da construção de fronteiras territoriais e simbólicas. No caso das primeiras, a escolha dos lugares de implantação e a manutenção de condições de defesa, no caso das segundas o uso, p.ex., de materiais associados ao consumo de determinados tipos de alimentos ou de elementos simbólicos diferenciadores. Numa perspectiva diacrónica, é evidente que os resultados não serão sempre os mesmos, e isso justifica plenamente o que se afirmava no início desta exposição sobre a necessidade de desenvolver metodologias suficientemente eficazes para lidar com um tema tão complexo como este e, sobretudo, adoptar abordagens comparativas a vários níveis.

O estudo das fronteiras simbólicas lança também desafios importantes às nossas percepções dos processos históricos, bem como à interpretação do registo arqueológico, em particular do que materializa, ou não, a imposição destas fronteiras. A alimentação, como vimos, é um aspecto com uma relevância extraordinária nesse sentido.

Como tivemos oportunidade de salientar, embora remetendo somente para a bibliografia pertinente, o conceito de fronteira mudou ao longo dos tempos e teve vários níveis de importância nos últimos dois séculos, acompanhando a construção das nações modernas. Estas construções impuseram, efectivamente, transformações no modo como se concebem os limites dos Estados, as áreas de influência, bem como as funções que estas áreas desempenham em contextos políticos mais vastos. Por esta razão, é de toda a utilidade evitar discursos anacrónicos e promover alguma emancipação face aos nossos conceitos actuais no estudo das sociedades da Antiguidade, sobretudo daquelas que só conhecemos através do registo arqueológico.

Portanto, e para terminar, podemos dizer que o grande desafio deste projecto é caracterizar, dentro das naturais limitações, o modo como se viviam as fronteiras em contextos de fronteira.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, P. (2014a) - *Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Um estudo comparativo*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- ALBUQUERQUE, P. (2014b) - Fontes escritas, registo arqueológico, História de África: percursos possíveis para um método comparativo. *Herakleion* 7: 7-27.
- ALBUQUERQUE, P. (no prelo) - Notas para un estudio comparativo de las relaciones económicas entre "fenicios" e "indígenas" en el suroeste de la Península Ibérica.
- ALBUQUERQUE, P. - GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (no prelo) - Sobre o conceito de fronteira: o Guadiana numa perspectiva arqueológica.
- ALVAR, J. (2000) - Comercio e intercambio en el contexto precolonial. In FERNÁNDEZ URIEL, P. - WAGNER, C. G. - LÓPEZ PARDO, F. (eds.), *Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo*. *Actas del I coloquio del CEFYP* (Madrid, 9 - 12 de noviembre, 1998). Madrid: 27 - 34.
- ALVES, C. F. D. (1956) - Aspectos da Arqueologia de Myrtilis. *Arquivo de Beja* 13: 21 - 104.
- ASIWAJU, A.I. (2005) - Fragmentation ou intégration: quel avenir pour les frontières africaines? In AAVV, *Des frontières en Afrique du XIIIe au XXe siècle*. Paris: 73 - 84.
- BALLABRIGA, A. (1986) - *Le Soleil et le Tartare: l'image mythique du monde en Grèce archaïque*. Paris: EHESS.
- BARREIROS, J. B. (1961) - *Delimitação da fronteira luso-espanhola*, fasc. 1 e 2, Braga.
- BRUNET - JAILLY, E. (2010) - The State of Borders and Borderlands Studies 2009: A Historical View and a View from the Journal of Borderlands Studies. *Eurasia Border Review* 1-1: 1 - 15.
- CAVACO, C. (1997) - Fronteira Portugal - Espanha e individualidade territorial. *Finisterra* 32: 63, 159 - 166.
- COHEN, A.P. (1985) - *The symbolic construction of community*. London, New York.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. (2005) - Histoire et perception des frontières en Afrique du XIIIe au XXe siècle. In AAVV, *Des frontières en Afrique du XIIIe au XXe siècle*. Paris: 39 - 54.
- DECORSE, C.R. (2001) - *An Archaeology of Elmina: Africans and Europeans on the Gold Coast, 1400 - 1900*. Washington DC.
- FANSO, V. G. (1986) - Traditional and Colonial African Boundaries: Concepts and Functions in Inter-Group Relations. *Présence Africaine* 137/138: 58-75.
- FEBVRE, L. (1962) - *Pour une Histoire à part entière*. Paris.
- FRANCISCO MARTÍN, J. (1978) - Cuestiones en torno al límite occidental de la Bética. In *Actas del I Congreso de Historia de Andalucía, diciembre de 1976, Fuentes y Metodología. Andalucía en la Antigüedad*. Córdoba: 179 - 185.
- GARCÍA IGLESIAS, L. (1972) - El Guadiana y los límites comunes de la Bética y Lusitania. *Hispania Antiqua* 2: 165 - 178.
- GARCIA, J. C. (1984) - O Baixo Guadiana - Formação de uma fronteira. In *III Coloquio Ibérico de Geografía: Acta, ponencias y comunicaciones*. Barcelona: 611 - 620.
- GOMES, R. C. (1991) - A construção das fronteiras. In BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (eds.), *A memória da nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro, 1987*. Lisboa: 357 - 382.
- GUERRA, A. (1995) - *Plínio - o - Velho e a Lusitânia*. Lisboa.
- HENRIQUES, I. C. (2004) - *Território e Identidade. A construção da Angola Colonial (c. 1872 - c. 1926)*. Lisboa.
- HYDE, C. C. (1912) - Notes on Rivers as boundaries. *The American Journal of International Law* 6-4: 901-909.
- MARCOS, S. (2011) - Espace géographique, espace politique: la frontière provinciale lusitanienne, une limite déterminante? In CABALLOS RUFINO, A.; LEFEBVRE, S. (eds.), *Roma generadora de identidades. La experiencia hispana*. Madrid, Sevilla: 171 - 184.
- MORENO, H. B. (coord.) (2003) - *Demarcações de fronteira*, vol. I, *de Castro Marim a Montalvão*. Porto.
- OLIVEIRA, C. P.; FREITAS, V. T. (2007) - A Idade do Ferro no Baixo Guadiana. In *IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: 409-418
- PALMA, M.ª F. (coord.) (2012) - *Carta Arqueológica do Concelho de Mértola*. Mértola.
- RAFFESTIN, C. (1974) - Eléments pour une problématique des régions frontalières. *Espace géographique* 1: 12-18.
- RAFFESTIN, C. (1992) - Autour de la fonction sociale de la frontière. *Espaces et sociétés* 70-71: 157-164.
- RANKOV, B. (2005) - Do Rivers make good frontiers?. In VISY, Z. (ed.), *Limes XIX: Proceedings of the XIXth International Congress of Roman Frontier Studies. Pécs, Hungary, September 2003*. Pécs: 175 - 181.
- RIZO GARCÍA, M.; ROMEU ALDAYA, V. (2006) - Hacia una propuesta teórica para el análisis de las fronteras simbólicas en situaciones de comunicación intercultural. *Estudios sobre las culturas*

contemporâneas 12-24: 35-54.

ROUSSELLE, A. (1995) - Présentation. In ROUSSELLE, A. (ed.), *Frontières Terrestres, Frontières célestes dans l'Antiquité*. Perpignan: 7 - 16.

SAHLINS, P. (1994) - Natural frontiers revisited: France's boundaries since the seventeenth century. *American Historical Review* 95: 1423 - 1451.

SILLIÈRES, M. P. (1982) - Centuration et voie romaine au Sud de Mérida: contribution à la délimitation de la Bétique et de la Lusitanie. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 18-1: 437 - 448.

SOARES, C. E. (2015) - Conflitos Fronteiriços entre Portugal e Castela após a assinatura do Tratado de

Paz (1668-1700). In *IV EJIHM 2015 Porto | IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*. Porto.

SOARES, C. L. (2010) - História da alimentação na Antiguidade Clássica: os primeiros Livros de Culinária, *Boletim de Estudos Clássicos* 54: 43 - 52.

STARK, M.T. (1998) - Technical choices and social boundaries in material culture patterning: an introduction. In STARK, M.T. (ed.), *The Archaeology of Social Boundaries*. Washington, D.C.: 1-11

VISY, Z. (ed.) (2005) - *Limes XIX: Proceedings of the XIXth International Congress of Roman Frontier Studies*. Pécs, Hungary, September 2003. Pécs.

OPHIUSSA

POLÍTICA EDITORIAL

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. O volume 1 (2017) é uma edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. A partir de 2018, os artigos submetidos serão sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (*peer review*). O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro trimestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e recensões bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as recensões bibliográficas.

Todas as submissões serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os trabalhos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / *blind peer review* (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, seleccionará os revisores e acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica. O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

A publicação de textos na *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica. Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada no endereço www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, onde se pode consultar a totalidade da edição.

Para mais informações contactar: uniarq@letras.ulisboa.pt

OPHIUSSA

EDITORIAL POLICY

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. Volume 1 (2017) is a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. From 2018, submitted articles will be subject to a peer-review evaluation process. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

All submissions will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal's editing standards. Papers that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by the directors of UNIARQ and external researchers, will select the peer-reviewers and follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified external researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality. The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition. Works written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of Faculdade de Letras of Universidade de Lisboa. It also has a digital version, in color, available at address www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, where one can consult the entire edition.

For more information contact: uniarq@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

<i>VICTOR S. GONÇALVES</i> - Ophiussa regressa, em digital e, logo de seguida, em papel	5
<i>MARCO ANTÓNIO ANDRADE</i> - O sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso (Salvaterra de Magos, Portugal): um curioso contexto do Neolítico Final / Calcolítico na margem esquerda do Baixo Tejo	17
<i>ANA CATARINA SOUSA - JORGE LOPES</i> - O sítio do Moinho do Custódio (Arruda dos Vinhos): leituras preliminares e algumas considerações sobre o povoamento calcolítico na Península de Lisboa	51
<i>PEDRO ALBUQUERQUE</i> - O Guadiana como fronteira? Notas para um projecto de investigação	69
<i>ANA MARGARIDA ARRUDA - ELISA DE SOUSA - JOÃO PIMENTA - RUI SOARES - HENRIQUE MENDES</i> - Fenícios e indígenas em contacto no Estuário do Tejo	79
<i>ELISA DE SOUSA</i> - Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no Ocidente Atlântico	91
<i>CARLOS PEREIRA</i> - Produção e comércio de lucernas durante a Antiguidade Tardia: génese e evolução das lucernas tardo-antigas de produção africana	105
<i>JACINTA BUGALHÃO</i> - O papel da mulher na Arqueologia Portuguesa	123
<i>RUI BOAVENTURA</i> - VERA.LEISNER@PORTUGAL.PT	131
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS - Estudos Arqueológicos de Oeiras, 22 volumes e a contar... (<i>VICTOR S. GONÇALVES</i>)	144

